

Arquivo desprezado

*Com duas décadas de experiência na mata,
a companhia do Jari sai do vermelho e oferece munição
para os debates sobre o uso da Amazônia*

TALES ALVARENGA

O Brasil, um país ainda adolescente, tem dificuldade de aprender com a experiência. Até hoje, ecologistas, militares e empresários discutem a ocupação da Amazônia e a ameaça de sua internacionalização com a mesma ingenuidade com que no final dos anos 60 discutiam o Projeto Jari, do milionário americano Daniel Keith Ludwig. Com um plano

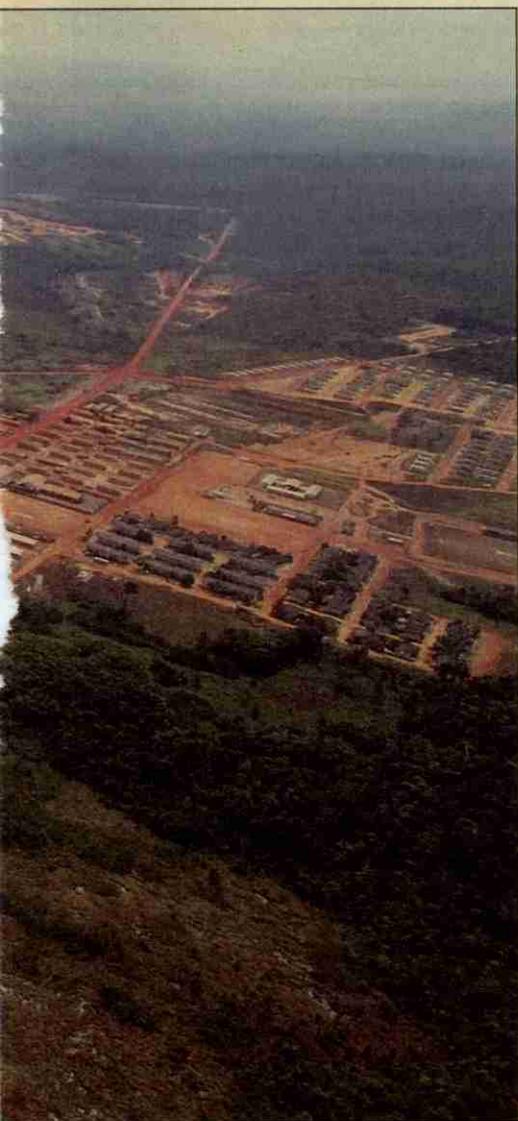
mirabolante na pasta e uma conta de 5 bilhões de dólares no banco, Ludwig comprou um território quase do tamanho de Sergipe na fronteira do Pará com o Amapá e começou a explorar ali a maior propriedade individual do planeta. Um dos cinco homens mais ricos do mundo naquela época, enterrou 1 bilhão de dólares no Projeto Jari e saiu da Amazônia fracassado. Entregue a

empresários brasileiros há dez anos, o Jari se aprumou e finalmente começa a dar lucro. Melhor que isso, reúne o maior acervo do país em conhecimentos sobre plantio na Floresta Amazônica. É curioso: não aparece ninguém para consultar esse arquivo, num tempo em que todo mundo quer dar opinião sobre o futuro da Amazônia.

Durante duas décadas, milhares de ho-



mens tentaram domar os recursos econômicos do Jari e aprenderam muita coisa sobre a Floresta Amazônica. O solo da região, ao contrário da lenda, não é uniforme e sempre ruim. Só na área do Jari, equivalente a metade da Bélgica ou de Taiwan, há 23 tipos diferentes de terreno, inclusive manchas de terra roxa iguais às do norte do Paraná. Desmatado, o solo não vira um deserto — cobre-se rapidamente de vegetação rasteira e, mais tarde, começam a reaparecer as árvores nativas. Sob certas condições, a Amazônia pode perfeitamente ser usada para a agricultura, sem risco de distúrbios ecológicos. “Nós temos aqui um empreendimento auto-sustentável, que não



FOTOS OSCAR CAPIRAL

destrói a natureza”, afirma Eduardo Netto Alves Barreto, 43 anos, diretor-presidente da Companhia Florestal Monte Dourado, encarregada de reflorestamento e produção de celulose dentro do complexo do Jari.

BRASÍLIA E USIMINAS — À primeira vista, o Jari é o resultado do sonho de um louco. É grande demais, com seus 9 000 quilômetros de estradas internas, que enfileiradas ligariam o Oiapoque ao Chuí. É deslocado demais, com suas plantações de eucaliptos, mina de caulim e uma fábrica de celulose num lugar onde se esperaria encontrar índios e macacos. É também um lugar artificial, um cruzamento de Brasília com a Usiminas, servido por um porto de rio para navios de 200 metros de comprimento. As ruas dos seus povoados são retas, as casas pré-fabricadas lembram pela repetição os conjuntos do BNH ou as superquadras brasileiras. Ao longe, vêem-se duas ou três cidades-satélites pobres, construídas sobre palafitas. A diferença é que a aventura na selva é bancada pela iniciativa privada — e já deixou de ser deficitária.

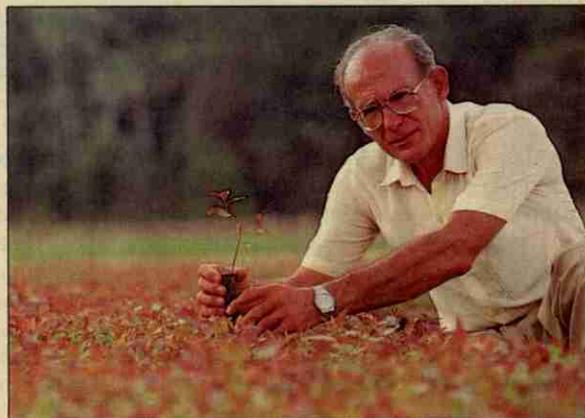
À frente da companhia, está a Caemi do empresário Augusto Trajano de Azevedo Antunes, em consórcio com 32 grandes empresas nacionais, entre elas bancos como o Bradesco e o Unibanco, e empreiteiras como a Camargo Corrêa e a Andrade Gutierrez. Como se vive no Brasil, a mão do Estado também deu um jeito de aparecer, em forma de dinheiro público do BNDES e do Banco do Brasil. Quem fez a pajelança para unir todo esse rebanho em torno de um projeto no fim do mundo foi o ex-ministro Delfim Netto, de quem os empresários tomavam a bênção durante o governo Figueiredo. Delfim ligou para cada um e disse com quanto devia entrar quando Daniel Ludwig cansou-se do Brasil. O negócio saiu por 300 milhões de dólares, numa região onde se compra uma fazenda pelo preço de um jantar no restaurante Enotria, do Rio de Janeiro.

Impulsivo e visionário como todos os homens que fazem fortuna a partir de nada, Ludwig estava certo de que o mundo precisaria de muita celulose e alimentos no fim do século e queria ser um dos fornecedores. O lugar teria de ser nos trópicos, pela vantagem do sol sobre as plantas, e ele acabou optando pela área do Rio Jari.

O povoado, a usina de celulose e os tanques de depuração para sobras industriais: contra a poluição

Gastou em excesso no Jari. Tinha mais de 70 anos e construía voltado para o fim do século, quando estaria com mais de 100 (aos 94, vive hoje em Nova York, em estado de senilidade. Sua fortuna foi doada a pesquisas contra o câncer).

As dificuldades do Jari decorreram da pressa, do desconhecimento do terreno e também da implicância do Conselho de Segurança Nacional, que temia a construção de um “enclave estrangeiro” dentro do território brasileiro. É mais ou menos o que está acontecendo hoje em relação às terras dos índios ianomamis. Os militares rejeitam a idéia com receio de que essa área possa pretender sua independência como nação autônoma, no futuro. “Desconfio de Ludwig porque ele é armador e todo armador é descendente de piratas”, dizia na época o almirante Roberto Gama e Silva, que no Conselho fez tudo para mandar Ludwig embora da Amazônia. Antigos funcionários do Jari dizem que o Gama e Silva daquela época deixou um clone no Exército, o general Thaumaturgo Sotero Vaz, chefe do Estado-Maior da



Coutinho: experiências no viveiro de mudas

Amazônia, para quem os ecologistas são uns “babacas” dispostos a invadir a Floresta Amazônica, com respaldo da ONU.

CENÁRIO SURREALISTA — Dono de um império de 5 bilhões de dólares constituído por minas, frotas de petroleiros, redes de hotéis e fazendas, Ludwig transplantou para a Amazônia 3 000 homens de 23 países diferentes. Para fazer celulose e produzir energia elétrica, achou mais barato encomendar duas usinas à Ishikawajima, do Japão. As unidades foram transportadas até o Brasil por mar, numa viagem que durou 87 dias. Em vez de fazer usinas horizontais, os japoneses construíram prédios de aço com altura equivalente a quinze andares, cuja base eram gigantescas balsas em condições de navegar puxadas por rebocadores. A brincadeira custou 269 milhões de dólares e funciona até hoje às margens do



FOTOS OSCAR CABRAL

A mina de caulim: reservas para 300 anos e projetos de recobrir a área com mata nativa no futuro

Rio Jari — agora, sem despertar mais admiração entre o povo do lugar. Em 1978, quando aquelas duas balsas entraram no Rio Amazonas em direção às terras de Ludwig, escrevia-se uma epopéia da navegação. Por onde passavam, as usinas criavam um cenário surrealista em que a era industrial penetrava abruptamente no paraíso primitivo dos índios e seringueiros.

DINHEIRO E ECOLOGIA — Ludwig projetou ainda uma formidável plantação de arroz irrigada por um sistema de diques. Deu-se mal. Tentou criar bois. Não funcionou. Investiu no transplante de uma árvore asiática chamada gmelina para seu principal negócio no Jari — a produção de celulose — e verificou que esse vegetal dava praga e crescia menos na Amazônia do que na

terra de origem. Talvez continuasse tentando, porque era um empreendedor fanático. Desde que vendeu o negócio, em 1982, os seus sucessores brasileiros tentam produzir dinheiro na maior propriedade do mundo. Agora, conseguiram.

Com a venda de celulose para a fabricação de papel, a companhia florestal do Jari deverá lucrar este ano 5 milhões de

A vida alegre e perigosa do Beiradão

A segunda cidade do Amapá é uma festa pobre

Uma das cidades mais originais do mundo, Laranjal do Jari, conhecida como Beiradão, é uma Veneza da pobreza. Nasceu sob a atração do Projeto Jari, na margem oposta do rio onde se localizam a fábrica de celulose e outras instalações da companhia. É uma malha de ruas e casas de madeira construída inteiramente sobre estacas, com parentesco possível apenas com a velha

Hong Kong e com a construção que os astecas fizeram sobre um lago no vale que hoje se chama Cidade do México. Outras cidades brasileiras têm palafitas, nenhuma como o Beiradão. Habitado por garimpeiros, prostitutas, comerciantes de badulaques eletrônicos e toda a gente comum que faz uma cidade, o Beiradão tem uma prefeitura que fecha invariavelmente à 1 da tarde, mas a vida é bem puxada no ramo dos espetáculos.

Nesse caso, a folia roda sem parar 24 horas por dia para uma parcela considerável dos 25 000 habitantes da cidade.

Por uns 10 quilômetros de palafitas na beirada do rio e também para dentro da margem, bares e boates explodem a noite inteira com músicas de Amado Batista (*Ao te ver pela primeira vez/ eu tremi todo/ alguma coisa tomou conta do meu coração*) ou com a presença ao vivo de velhos astros como Cauby

Peixoto e Néelson Gonçalves, que por lá passaram em memoráveis turnês amazônicas. Há shows de travestis do sul nos bordéis do bairro Malvinas (“a zona conflagrada”, explica um morador) e duas casas para a melhor sociedade ribeirinha, comandadas pelo “Chico Recarey do Norte”, o paraense Jaime Nepomuceno de Almeida, que largou um emprego de bancário no Jari e transformou-se num rico local. Na semana passada, apresentava-se em uma de suas casas, a Stop Lanches, o compositor e tecladista Vanilton Leal, que já acompanhou o

dólares, sobre um faturamento de 160 milhões. A Caulim da Amazônia, pedaço mais rentável do empreendimento, espera um lucro de 12 milhões com a venda do mineral que produz, um pó branco que serve para o revestimento de papéis. “Vamos ser a mais competitiva indústria de caulim do mundo”, diz José Fernando Coura, 37 anos, o mais jovem diretor do Jari. É o primeiro ano azul da história do empreendimento, mas isso tem importância apenas para os dirigentes e acionistas das duas empresas. Para o país, aquilo que importa é aprender, com o Jari, se a Amazônia deve ou não ser explorada em certos moldes.

As queimadas dos colonos estão descartadas. A simples manutenção do regime extrativista não dá nenhum horizonte aos habitantes da região e deixa o campo aberto para a devastação gradual da cobertura nativa. O modelo do Jari é, pelo menos, uma experiência interessante, na qual 93% das matas estão preservadas. Tanto a mina de caulim como as áreas de reflorestamento ocupam apenas 7% de todo o terreno. Fez-se isso numa região do Brasil onde o governo aparece apenas para arrecadar impostos e deixa o resto a quem quiser fazer. No Jari, com 6 000 funcionários, a empresa providenciou água tratada, escola e hospital de seu próprio bolso. Agora, quer construir uma hidrelétrica por conta própria, que viabilizaria a futura instalação de uma fábrica de papel.

Teve-se a preocupação de não abrir uma cratera na mata. Entre faixas de eucaliptos ou pinho, correm tapetes de mata nativa de até 400 metros de largura, que permitem a circulação dos bichos e

funcionam como uma barreira contra a disseminação de pragas. Para o suprimento da fábrica de celulose, a empresa mantém o maior viveiro de mudas do mundo, que garante a produção de 30 milhões de exemplares por ano. “Estamos aumentando muito a produtividade de nossas florestas”, diz Sérgio Coutinho, pesquisador da Embrapa que trabalha no Jari.

ABUSOS SEXUAIS — Com a pressão crescente dos ecologistas, a companhia trata ainda de garantir-se para o futuro. Antes de tirar a cobertura primitiva de uma área qualquer, os pesquisadores fazem um levantamento sobre as espécies vegetais que ali existem e estocam sementes dessas árvores num banco genético. Quando se desejar restaurar a antiga cobertura florestal, basta replantar o que foi extirpado. Na mina de caulim, que tem estoque para 300 anos de exploração, o terreno já exaurido começou a ser recoberto com gramíneas, primeiro passo para um reflorestamento com árvores nativas, garantem os diretores da companhia, hoje metidos até o pescoço no pavor das críticas ecológicas.

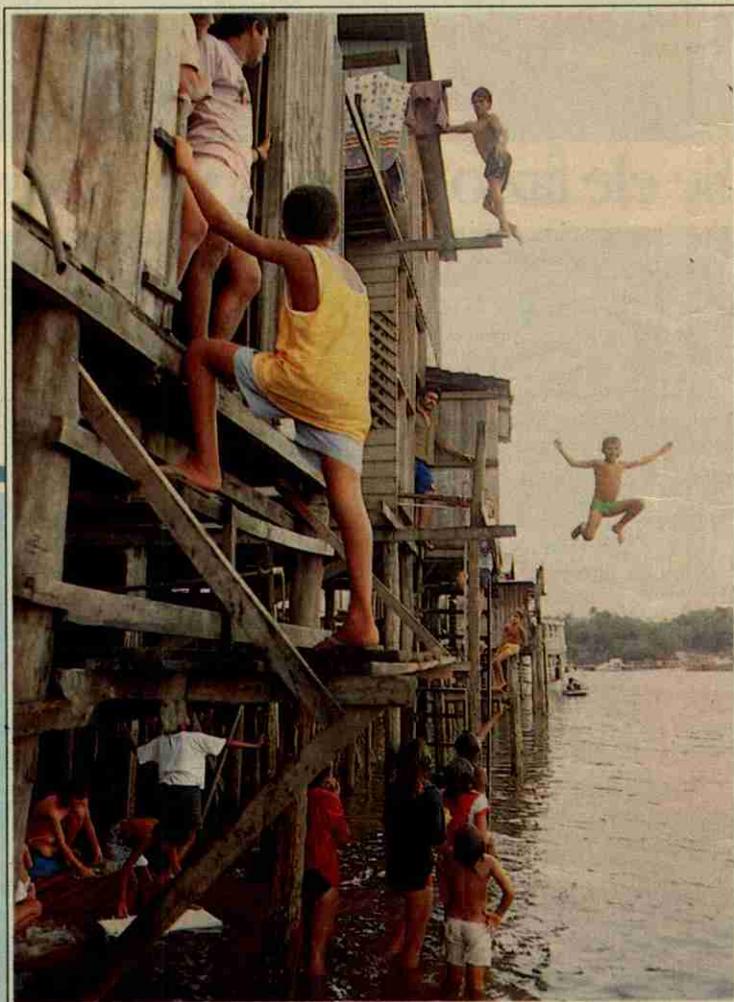
“Gente como esse secretário José Lutzenberger não entende nada de Amazônia, mas as pessoas muitas vezes acabam acreditando nas boba-

gens que ele diz, pela simples repetição”, afirma Cristóvão Lins, agrônomo de 44 anos que está no Jari desde os tempos de Ludwig e escreveu um livro sobre a história do projeto. Para Lins, que nasceu no interior do Pará e sempre teve familiaridade com a floresta, os ecologistas têm idéias românticas sobre a região. “Antes da companhia do Jari, as pessoas daqui trabalhavam sem carteira assinada para os donos dos castanheais, vigorava um regime de banguê-banguê em alguns povoados e achava-se normal o sexo com meninas impúberes”, conta ele. “Digo como amazônida. Vivia-se como bicho por aqui.” Lins pode ser acusado de ver as coisas pelo ângulo de um funcionário do Jari. Isso não o perturba. Quer apenas que governo e entidades privadas procurem a companhia para estudar suas experiências com plantio, criação de búfalos, extração de minerais e regeneração de matas nativas, “em vez de gastar dinheiro com pesquisas em laboratórios”. ■

rei da lambada, Beto Barbosa, foi guitarrista do cantor Fagner e violonista do sambista Nelson Cavaquinho.

A vida no Beiradão é muito divertida, tanto que alguns gerentes do Jari correm para lá uma ou duas noites por semana, atravessando o rio numa das canoas a motor inscritas na cooperativa dos taxistas fluviais da cidade. O risco que existe é arrumar uma briga com algum exaltado e participar da estatística de assassinatos — dois ou três por fim de semana. Também é aconselhável evitar petiscos na cidade. Falta higiene

no Beiradão. O rio funciona como o banheiro das casas, a cozinha, o tanque de lavar roupa, a piscina das crianças e a rodovia das canoas. “Só a proteção divina evita uma epidemia”, diz o médico Antônio Sérgio Bellard Pereira, há onze anos na região. O americano Daniel Ludwig não permitia no início que o núcleo se desenvolvesse, mas o governo do Amapá deu apoio ao Beiradão. Hoje, é a segunda arrecadação de impostos do Estado e um celeiro para políticos como o senador José Sarney, que ali vão buscar as estacas de seus mandatos.



Brincadeiras no Beiradão: vida na água